

Regulamento

REGIMENTO DO CONSELHO PEDAGÓGICO

CAPÍTULO I – Disposições Gerais

Artigo 1.º

Definição

O Conselho Pedagógico é o órgão de coordenação e supervisão pedagógica e orientação educativa do agrupamento, nomeadamente nos domínios pedagógico-didático e acompanhamento dos alunos e da formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente.

Artigo 2.º

Composição

1. O Conselho Pedagógico, de acordo com o regulamentado no ponto 1 do artigo 32.º do Decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, apresenta a seguinte composição:

- a) O Diretor;
- b) Sete Coordenadores de Departamentos Curriculares;
- c) Dois Coordenadores dos Diretores de Turma;
- d) O Coordenador da Biblioteca Escolar/CRE;
- e) O Coordenador da Equipa de Projetos;
- f) O Coordenador de Oferta Complementar;
- g) O Coordenador do programa TEIP;
- h) O Coordenador do Secretariado de Exames.

2. A composição do Conselho Pedagógico, estabelecida nos termos do regulamento interno do agrupamento, tem em conta os seguintes princípios:

- a) Participação dos coordenadores dos departamentos curriculares;
- b) Participação das demais estruturas de coordenação e supervisão pedagógica e de orientação educativa, assegurando uma representação pluridisciplinar e das diferentes ofertas formativas.

3. Nas reuniões do Conselho Pedagógico poderão participar outros membros das escolas do agrupamento, em função de interesses pedagógicos pontuais, sem direito a

voto.

4. Nas reuniões em que sejam tratados assuntos que envolvam sigilo, designadamente sobre provas de exame ou de avaliação global, apenas participam os membros docentes.

Artigo 3.º

Presidência do Conselho Pedagógico

1. O Diretor é, por inerência, o presidente do Conselho Pedagógico.
2. Em situações de impedimento, o Diretor será substituído pela Subdiretora.

Artigo 4.º

Mandato

1. O mandato dos membros do Conselho Pedagógico tem a duração de 4 anos e cessa com o mandato do Diretor.
2. O mandato dos Coordenadores de cada uma das estruturas de orientação educativa pode cessar, a todo o tempo, por decisão fundamentada do Diretor.

Artigo 5.º

Competências

1. Nos termos do exposto no artigo 33.º do Decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com as alterações produzidas pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, são competências do Conselho Pedagógico:
 - a) Elaborar a proposta de projeto educativo a submeter pelo Diretor ao Conselho Geral;
 - b) Apresentar propostas para a elaboração do regulamento interno e dos planos anual e plurianual de atividade e emitir parecer sobre os respetivos projetos;
 - c) Emitir parecer sobre as propostas de celebração de contratos de autonomia;
 - d) Elaborar e aprovar o plano de formação e de atualização do pessoal docente;
 - e) Definir critérios gerais nos domínios da informação e da orientação escolar e vocacional, do acompanhamento pedagógico e da avaliação dos alunos;

Agrupamento de Escolas D. Manuel de Faria e Sousa

- f) Propor aos órgãos competentes a criação de áreas disciplinares ou disciplinas de conteúdo regional e local, bem como as respetivas estruturas programáticas;
- g) Definir princípios gerais nos domínios da articulação e diversificação curricular, dos apoios e complementos educativos e das modalidades especiais de educação escolar;
- h) Adotar os manuais escolares, ouvidos os departamentos curriculares;
- i) Propor o desenvolvimento de experiências de inovação pedagógica e de formação, no âmbito do agrupamento de escolas ou escola não agrupada e em articulação com instituições ou estabelecimentos do ensino superior vocacionados para a formação e a investigação;
- j) Promover e apoiar iniciativas de natureza formativa e cultural;
- k) Definir os critérios gerais a que deve obedecer a elaboração dos horários;
- l) Definir os requisitos para a contratação de pessoal docente, de acordo com o disposto na legislação aplicável;
- m) Propor mecanismos de avaliação dos desempenhos organizacionais e dos docentes, bem como da aprendizagem dos alunos, credíveis e orientados para a melhoria da qualidade do serviço de educação prestado e dos resultados das aprendizagens;
- n) Participar, nos termos regulamentados em diploma próprio, no processo de avaliação do desempenho do pessoal docente.

2. Além das competências referidas no número anterior, a este órgão compete também o seguinte:

- a) Aprovar, sob proposta do Diretor, o Regulamento Geral de Avaliação dos Alunos;
- b) Aprovar, sob proposta dos coordenadores de departamento, os critérios específicos de avaliação das disciplinas, verificando, a sua conformidade com o Regulamento Geral de Avaliação dos Alunos;
- c) Aprovar, de acordo com a legislação em vigor, as Informações-Prova de Equivalência à Frequência do 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico;
- d) Autorizar a constituição de turmas com um número superior ou inferior ao estabelecido por lei;

Agrupamento de Escolas D. Manuel de Faria e Sousa

- e) Aprovar os Regulamentos de Quadro de Mérito e de Quadro de Valores e Atitudes;
- f) Aprovar o Regulamento das Visitas de Estudo;
- g) Definir mecanismos de avaliação das aprendizagens das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC);
- h) Participar, nos termos determinados em regulamento próprio, no processo de avaliação de desempenho do pessoal docente;
- i) Apresentar propostas para a elaboração/atualização do RI;
- j) Estruturar, coordenar e avaliar a Supervisão Pedagógica;
- k) Avaliar, no final de cada período, o impacto das medidas de promoção do sucesso educativo implementadas e devolver aos responsáveis pelas mesmas as orientações tidas por necessárias.
- l) Aprovar o modelo de programa educativo individual dos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente;
- m) Aprovar os programas educativos individuais, e respetivos aditamentos, dos alunos referidos na alínea anterior;
- n) Aprovar os relatórios circunstanciados de avaliação das medidas estabelecidas nos programas educativos individuais dos alunos com necessidades educativas especiais;
- o) Decidir sobre a progressão dos alunos, por motivos de ultrapassagem do limite de faltas injustificadas, com base no parecer emitido pelo conselho de turma, na reunião de avaliação do 3º período;
- p) Deliberar sobre a progressão ou retenção dos alunos no mesmo ano de escolaridade e sobre os recursos de avaliação apresentados pelos encarregados de educação, com base no parecer emitido pelo conselho de turma, devidamente registado.

3. No âmbito dos procedimentos da avaliação de desempenho, nos termos previstos no número 2, do artigo 12º, do Decreto Regulamentar nº 26/2012, de 21 de fevereiro, compete ainda ao Conselho Pedagógico:

- a) Eleger os docentes que integram a Secção de Avaliação do Desempenho Docente;

- b) Definir, em cada ano, o calendário da Avaliação do Desempenho Docente;
- c) Aprovar o documento de registo e avaliação do desenvolvimento das atividades realizadas pelos avaliados nas dimensões científica e pedagógica, participação na escola e relação com a comunidade, e formação contínua e desenvolvimento profissional;
- d) Aprovar os parâmetros de cada uma das três dimensões, previstos na alínea b) do nº 1 do artigo 6º, do referido Decreto Regulamentar nº 26/2012.

Artigo 6.º

Competências do Presidente do Conselho Pedagógico

Ao Presidente do Conselho Pedagógico compete as seguintes funções:

- a) Representar o Conselho Pedagógico junto dos outros órgãos de gestão pedagógica e administrativa da escola;
- e) Elaborar a ordem de trabalhos de cada reunião;
- f) Convocar e presidir às reuniões, ordinárias e extraordinárias, deste órgão;
- g) Dirigir as sessões e declarar o seu encerramento ou interrupção;
- h) Organizar e distribuir documentos de trabalho aos conselheiros relacionados com a Ordem de Trabalhos prevista para cada reunião;
- i) Dar conhecimento ao Conselho Pedagógico das mensagens ou informações que lhe foram dirigidas;
- j) Presidir e dinamizar o funcionamento da Secção de Avaliação de Desempenho do Pessoal Docente, nos termos do artigo 12º do Decreto Regulamentar nº 26/2012, de 21 de fevereiro;
- k) Dinamizar as reuniões das comissões especializadas de trabalho que se organizem no interior do Conselho Pedagógico.

CAPÍTULO II – Funcionamento

Artigo 7.º

Reuniões

Agrupamento de Escolas D. Manuel de Faria e Sousa

1. O Conselho Pedagógico reúne ordinariamente, uma vez por mês, por convocatória do presidente.
2. O Conselho Pedagógico poderá reunir extraordinariamente sempre que seja convocado pelo respetivo presidente, por sua iniciativa, a requerimento de um terço dos seus membros em efetividade de funções ou sempre que um pedido de parecer do Conselho Geral ou do Diretor o justifique.
3. Nas reuniões plenárias ou de comissões especializadas podem participar, sem direito a voto, a convite do presidente do Conselho Pedagógico, representantes do pessoal não docente, dos pais e encarregados de educação e dos alunos.
4. As reuniões do Conselho Pedagógico são dirigidas pelo Diretor e secretariadas por um dos seus elementos docentes nomeado para o efeito.

Artigo 8.º

Convocatórias

A convocatória das reuniões do Conselho Pedagógico será realizada com 48 horas de antecedência, sendo a mesma publicitada nos placards do Agrupamento e enviada por correio eletrónico aos seus membros.

Artigo 9.º

Quórum

1. As reuniões do Conselho Pedagógico não terão lugar se não estiver presente a maioria do número legal dos seus membros (metade mais um).
2. Na falta de quórum, serão marcadas faltas, registadas as presenças e lavrada a respetiva ata.

Artigo 10.º

Faltas

Os membros do Conselho Pedagógico que não compareçam às reuniões são obrigados a apresentar, por escrito, justificação da respetiva falta, correspondendo a dois tempos letivos, justificáveis nos termos da Lei.

Artigo 11.º

Duração das reuniões

As reuniões do Conselho Pedagógico terão a duração de duas horas e trinta minutos, podendo prolongar-se por mais trinta minutos, quando tal for deliberado.

Artigo 12.º

Votação e deliberações

1. Só podem ser objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem de trabalhos da reunião, exceto se pelo menos dois terços dos membros reconhecerem a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos.
2. As votações podem ser nominais, nos casos comuns, e por escrutínio secreto, nas situações que o Conselho Pedagógico delibere como necessário.
3. As deliberações da Conselho Pedagógico são tomadas pela maioria absoluta de votos dos membros presentes numa reunião.
4. É proibida a abstenção dos membros do Conselho Pedagógico que estejam presentes na reunião e que não se encontrem impedidos de votar.
5. Não podem estar presentes no momento da discussão nem da votação, os membros que estejam legalmente impedidos.
6. Iniciada a votação, ninguém pode usar da palavra até ser conhecido o resultado da mesma.
7. As deliberações dos Conselheiros são tomadas por maioria simples dos votos validamente expressos pelos membros presentes na reunião, salvo nos casos em que este regimento ou a legislação em vigor estabelecer diferentemente.
8. Em caso de empate na votação, o Presidente do Conselho Pedagógico tem voto de qualidade salvo se a votação se tiver efetuado por escrutínio secreto. Neste último caso, haverá lugar a nova votação.
9. Os membros do Conselho podem, nos termos da lei, fazer constar da ata a sua declaração de voto.

Artigo 13.º

Atas das reuniões

1. De cada reunião será lavrada ata, indicando, designadamente, a data, o local, os membros ausentes, os assuntos apreciados e a forma e resultado das votações.
2. As atas serão postas à aprovação do Conselho Pedagógico no final da respetiva reunião ou no início da seguinte.
3. Nos casos em que o Conselho Pedagógico delibere como necessário, a ata será aprovada através de minuta no final da reunião a que disser respeito.
4. A ata da última reunião do Conselho Pedagógico de cada ano letivo será lida e aprovada no final dessa reunião.
5. Os Coordenadores de Departamento Curriculares enviam, via correio eletrónico, para todos os membros do seu departamento um resumo com a síntese das principais deliberações do Conselho Pedagógico.
6. As atas depois de aprovadas, serão assinadas pelo Presidente e pelo Secretário.

Artigo 14.º **Revisão**

1. O regimento é revisto anualmente, no início do ano escolar ou quando a legislação o exigir.
2. Ao presente Regimento poderão ser introduzidas quaisquer alterações por imperativos legais ou por sugestão de qualquer dos membros.
3. As alterações ao Regimento são aprovadas por maioria absoluta dos membros do Conselho Pedagógico.

Artigo 15.º **Omissões**

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei, competindo ao Presidente interpretar o Regimento e integrar as omissões, depois de ouvido o Conselho Pedagógico.

Artigo 16.º **Aprovação e entrada em vigor**

O presente regimento entrará em vigor logo após a sua aprovação.